

Registro síntese da 7ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL

No dia 23 de novembro de 2021 o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, conduziu, presencialmente, a 7ª Reunião do CNAL no Ministério das Relações Exteriores, com a presença dos ministros da Defesa; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; e da Secretaria-Geral da Presidência da República; do Advogado-Geral da União; do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e representantes da Casa Civil da Presidência da República; dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Economia; da Infraestrutura; de Minas e Energia; da Ciência, Tecnologia e Inovações; das Comunicações; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Regional; da Secretaria de Governo da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Todas as medidas sanitárias em relação ao COVID-19 foram adotadas.

O Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL iniciou a reunião com algumas considerações sobre os principais assuntos que norteiam o Conselho, informou que o portfólio de governança para a Amazônia Legal está se encerrando com a finalização do plano estratégico, que é um plano do Estado Brasileiro para o período desta década, até 2030.

Em seguida, passou a palavra aos Ministros integrantes do CNAL e seus representantes legais, onde cada um pode expor as ações que foram realizadas ao longo do período, no sentido de fazer avançar as ações estratégicas previstas no plano de ação.

O Vice-Presidente destacou os seguintes pontos:

- a tarefa que todos têm pela frente para cumprir as metas que o Estado Brasileiro apresentou na COP 26;
- o caso que vem sendo explorado de forma totalmente inverídica pela mídia da Terra Indígena Yanomami;
- a questão dos grupos de pressão que trabalham contra o Brasil;
- a situação do material apreendido, onde a legislação brasileira é muito lenta para dar o destino, sendo um trabalho necessário junto aos legisladores para mudar;
- a situação da conectividade na Amazônia, onde o 5G será fundamental nessa questão;
- a importância do trabalho do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações como fundamental na questão da bioeconomia, sendo o grande indutor da tríplice hélice na Amazônia;
- a necessidade de colaboração de todos do Conselho em buscar integração para apoiar o trabalho das agências fiscalizadoras e a importância da recuperação da capacidade operacional das

agências ambientais, não só em pessoal como também em material, sendo esse planejamento importante para ser apresentado em casos de entidades que queiram cooperar com recursos;

- a presença do mercado em relação ao meio ambiente começa a ganhar efervescência desde o Fórum de DAVOS. Como os fundos de investimentos já estão começando a raciocinar sobre isso, no momento que os proprietários de terras na Amazônia compreenderem que ao preservar os 80% da sua propriedade, previsto em Lei, e irão receber dinheiro por isso, deve haver a virada nessa questão do combate as ilegalidades;

- a questão da BR-319, onde tem que ser feito todo esforço, dentro da legislação, para que esta rodovia volte a funcionar e permita uma ligação terrestre com a Amazônia Ocidental; e outro ponto importante é a situação do Pedral do Lourenço, importante para a Hidrovia do Tocantins;

- a omissão dos nossos legisladores em não regulamentar o que prevê a Constituição Federal para a exploração mineral em terras indígenas permite essa situação que está sendo combatida diuturnamente, com isso a exploração é ilegal, danifica o meio ambiente, não paga *royalties* aos indígenas e há uma evasão de divisas do Brasil;

- a situação do Linhão de Tucuruí que vai integrar Roraima, energeticamente, ao restante do país, deixa de transportar um milhão de litros de óleo diesel por dia para abastecer as termelétricas.

Sobre a situação atual do desmatamento, informou que o ciclo do PRODES, encerrado em 31 de julho, com 13.235 km² desmatados, na realidade o desmatamento ilegal é um pouco mais de 8.000 Km² e o restante, feito em áreas privadas, é considerado desmatamento autorizado.

Apresentou a curva dos desmatadores, sendo o maior o Estado do Pará seguido por Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, sendo nesse quarteto onde ocorrem os maiores problemas.

A reunião foi finalizada com assinatura do memorando de entendimento para a constituição do Grupo de Integração para Proteção da Amazônia – GIPAM.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam reúne desde 2020 representantes de diversos órgãos federais realizando a integração de dados e informações para o combate a crimes ambientais na Amazônia Legal, configurando o GIPAM.

Por meio da articulação do CNAL, o Ministério da Defesa, por intermédio do Censipam, e as entidades resolvem celebrar o memorando de entendimento, com o objetivo de unir esforços para apoiar as atividades do GIPAM na análise integrada de informações para conservação, proteção e desenvolvimento da Amazônia Legal.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2021.